



Evento: XXVII Jornada de Pesquisa

RELAÇÃO ENTRE OS MECANISMOS DE GOVERNANÇA E AS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: ESTUDO EM COOPERATIVAS DO RIO GRANDE DO SUL¹

RELATIONSHIP BETWEEN GOVERNANCE MECHANISMS AND CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY PRACTICES: A STUDY IN COOPERATIVES IN RIO GRANDE DO SUL¹

Patrícia Rodrigues da Silva², Lidiane Kasper³, Maria Margarete Baccin Brizolla⁴, Argemiro Luis Brum⁵, Daniel Knebel Baggio⁶, Jorge Oneide Sausen⁷

¹ Pesquisa desenvolvida no PPGDR da Unijuí;

² Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI, Bolsista CAPES, silva.pati_22@hotmail.com;

³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI, Bolsista CAPES, lidiane.kasper@sou.unijui.edu.br, servidora pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar

⁴ Doutora em Ciências contábeis e Administração (FURB - BLUMENAU), sócia da MMB Empreendimentos e Gestão Empresarial;

⁵ Professor do PPGDR da UNIJUI;

⁶ Professor do PPGDR da UNIJUI;

⁷ Professor do PPGDR da UNIJUI;

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as relações entre os mecanismos de Governança Corporativa (GC) e as práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) nas cooperativas do Rio Grande do Sul. O estudo se classifica como pesquisa descritiva, de campo e quantitativa. A amostra foi constituída por 35 cooperativas do estado, de diferentes ramos de atuação, que responderam à pesquisa, contendo questões a respeito das 4 dimensões de RSC, proposta pelo modelo da pirâmide de Carroll (1991) e questões acerca dos mecanismos de GC. Para a análise dos dados, foi utilizada a correlação de *Pearson*. Os resultados dão conta de que os mecanismos de GC, estão positivamente associadas às práticas de RSC nas cooperativas estudadas, independente do ramo de atuação das mesmas, indicando que a intensidade das práticas de RSC apresentadas pelo modelo de Carroll (1991), se mostram com maior consistência a medida que a intensidade da aplicação dos mecanismos de GC estudados, aumentam. Conclui-se que dentre as dez (10) hipóteses testadas, a investigação indica rejeição para uma delas, que foi a associação entre o Conselho de Administração (CA) e a RSC, que apesar de ter sido encontrada uma associação positiva, ela não foi significativa. Com isso, os achados confirmam os pressupostos teóricos trazidos para este estudo de que as boas práticas de Governança Corporativa contribuem com o estabelecimento de estratégias e práticas de Responsabilidade Social em cooperativas do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Ética. Filantropia. Desenvolvimento. Transparência. Stakeholders.

ABSTRACT

The study aims to analyze the relationship between the mechanisms of Corporate Governance (GC) and the practices of Corporate Social Responsibility (CSR) in cooperatives in Rio Grande



do Sul. The study is classified as descriptive, field and quantitative research. The sample consisted of 35 cooperatives in the state, from different branches of activity, which responded to the survey, containing questions about the 4 dimensions of CSR, proposed by Carroll's pyramid model (1991) and questions about the mechanisms of KM. For data analysis, Pearson's correlation was used. The results show that the GC mechanisms are positively associated with CSR practices in the studied cooperatives, regardless of their field of activity, indicating that the intensity of CSR practices presented by Carroll's model (1991), if show with greater consistency as the intensity of application of the GC mechanisms studied increases. It is concluded that among the ten (10) hypotheses tested, the investigation indicates rejection for one of them, which was the association between the Board of Directors (CA) and the CSR, which despite having been found a positive association, it was not significant. Thus, the findings confirm the theoretical assumptions brought to this study that good Corporate Governance practices contribute to the establishment of Social Responsibility strategies and practices in cooperatives in Rio Grande do Sul.

Keywords: Ethics. Philanthropy. Development. Transparency. Stakeholders.

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto, com a crescente pluralidade de um mercado cada vez mais desafiador e cujas transformações são perceptíveis em vários campos da vida econômica, social e cultural, as organizações cooperativas buscam transmitir maior confiança e identidade junto aos associados, envolvimento que também assegura sobrevivência (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

As cooperativas, como organizações coletivas, possuem uma estrutura hierárquica a fim de obter melhor economia de escala em produção e comercialização, em seus diversos ramos, além de visar pela igualdade de direitos na defesa da livre iniciativa, nas divisões sociais, e na manutenção do equilíbrio econômico, necessário à sobrevivência humana (PINTO, 2009).

Nesse sentido, os princípios e normas do cooperativismo e de governança corporativa guiam as organizações cooperativas em suas atividades, onde o duplo papel de organização e associação de pessoas tende a ter uma combinação da racionalidade econômica com a responsabilidade social da cooperativa (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

Nesta linha, a Governança Corporativa (GC) é uma maneira de gestão que engloba práticas e relacionamentos internos, podendo ser traduzido em princípios e recomendações, oportunizando o monitoramento organizacional por parte dos *stakeholders*, e o envolvimento entre sócios, Conselho de Administração, diretoria, órgãos de fiscalização e demais interessados, que vem para aprimorar a transparência dos resultados e a eficiência das tomadas de decisões (ROSSETTI; ANDRADE, 2012; EUGÊNIO, 2013; IBGC, 2015).



Observa-se que a GC vem ganhando destaque nas últimas décadas, respondendo a uma crescente demanda por melhores instrumentos e práticas que estão obtendo sustentação dentro das organizações. Por meio da GC são estabelecidos canais de comunicação, visando minimizar e/ou resolver conflitos que surgem das relações estabelecidas (BAGGIO, 2015; PEREIRA; VILASCHI, 2006; ROSSETTI; ANDRADE, 2012), evidenciar possíveis fraudes, e se tornar mais atrativa para os *stakeholders* envolvidos com as organizações (EUGÊNIO, 2013). Deste modo, a GC ultrapassa aspectos gerenciais e administrativos, para englobar a sociedade como um todo (ROSSETTI; ANDRADE, 2012; EUGÊNIO, 2013).

Da mesma forma que a GC vem se incorporando cada vez mais entre as organizações, percebe o aumento gradativo pela busca dos conhecimentos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), inserindo-se no mercado de forma expansiva através da adoção pelas organizações, visto que a partir de suas práticas possa haver resultados positivos (SARTORE, 2006). A RSC busca ouvir as demandas dos *stakeholders*, viabilizando, assim, a prática de ações que atendam a esses interesses, criando com isso valor para a organização e diminuindo os riscos diante de seus acionistas (SARTORE, 2006).

Para Azevedo (2013) é possível perceber benefícios com as práticas de RSC, uma vez que está focada no fortalecimento da lealdade, atraindo bons colaboradores, trazendo confiança nas resoluções dos problemas, agregando valor ao clima organizacional, valorização dos consumidores, dentre outros aspectos.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, há a integração entre GC e a RSC quando passa-se a olhar para a GC de modo mais abrangente, não apenas a transparência, honestidade e a prestação de contas aos acionistas, mas quando se tem a responsabilidade para com todas as partes envolvidas, ultrapassando o limite das obrigações (JAMALI; SAFIEDDINE; RABBATH, 2008).

Buertey *et al.* (2020), destacam que as partes interessadas em desenvolver a RSC devem ser realizadas juntamente com o monitoramento institucional dos mecanismos de GC, onde estes irão garantir para os gestores as tendências oportunistas de não anular o propósito ético e legítimo das iniciativas de RSC. Ainda segundo os mesmos autores, os mecanismos de GC corroboram para aprimorar as práticas de RSC e assim promover a transparência contábil, protegendo os interesses dos acionistas, e aumentando a confiança do mercado.



Desta forma, o objetivo deste estudo consiste em analisar as relações entre os mecanismos de Governança Corporativa e as práticas de Responsabilidade Social em cooperativas do Rio Grande do Sul, visto que, segundo Sousa e Sugahara (2015) esta temática tem alcançado visibilidade do ponto de vista teórico e prático.

Vale destacar a realização de estudos que analisam as duas teorias, como a integração da RSC e GC em organizações de terceiro setor (AMARANTE; DERETTI; SILVA, 2015), o aprofundamento de conceitos de RSC usando os princípios de GC como propulsores de acompanhamento da aplicabilidade das práticas de RSC em grandes organizações (OSINSKI; ROMAN; PEREIRA, 2016).

Este estudo se difere dos encontrados sobre a temática por apresentar uma abordagem que considera a relação da GC com as práticas de RSC, a partir do modelo de quatro critérios (econômica, legal, ética e discricionária) de Carroll (1991), sob a ótica da Teoria dos *stakeholders*. Outra questão a ser considerada é a população de estudo, que se voltou para organizações cooperativas, utilizando-se de dados primários coletados a partir de questionários. Assim, o estudo traz contribuições teóricas e pragmáticas relacionadas a ampliação do conhecimento acerca da importância das práticas de RSC, bem como na verificação da relação com os mecanismos de GC em organizações cooperativas, de modo a entender se elas estão ou não associadas e qual tipo de associação ocorre.

2 TEORIA DOS STAKEHOLDERS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estudos organizacionais têm apontado modificações nas relações entre as organizações e a sociedade, mais intensivamente a partir dos anos 80, quando novas demandas passam a ser impostas para as organizações (CAMPOS, 2006), sendo provenientes dos consumidores, empregados, fornecedores, acionistas, comunidade integrante, ou seja, de seus *stakeholders* (CAMPOS, 2006; CACCIA; ZARELLI; GIMENES, 2008), termo usado por Freeman (1984) para designar qualquer indivíduo ou grupos sem os quais a organização não consegue atingir seus objetivos.

Essas demandas vêm se materializando com o maior envolvimento das organizações em programas sociais e em novas posturas diante das necessidades dos *stakeholders* (CACCIA;



ZARELLI; GIMENES, 2008), abrindo novas formulações sob a visão da Responsabilidade Social Corporativa - RSC (CAMPOS, 2006).

A RSC na visão de Carroll (1979) engloba quatro perspectivas: a econômica, legal, ética e discricionária, sendo de certa forma expectativas da sociedade perante a organização em um determinado período. Portanto, os gestores devem buscar o planejamento de estratégias que possam promover o bem-estar dos *stakeholders* envolvidos com a organização, praticando ações voluntárias e não apenas normativas, demonstrando assim valores à toda sociedade (CACCIA, ZARELLI, GIMENES, 2008).

Carroll (1979) para acomodar sua trajetória sobre RSC propôs, em 1979, um modelo conceitual tridimensional de desempenho social corporativo composto por três dimensões. A primeira é representada pelas definições básicas de RSC (econômico, jurídico, ético, discricionário), a segunda é a dimensão que captura os tipos de comportamentos de respostas (defesa, reação, acomodação, proação) e a terceira dimensão identifica as áreas de ações programadas (consumidores, meio ambiente, segurança do produto, discriminação/segurança dos funcionários e acionistas) (CARROLL, 1979; 2012).

As definições de RSC a partir da primeira dimensão do modelo tridimensional são apresentadas por Carroll (1991) em forma de pirâmide dividida em quatro partes: na base da pirâmide as responsabilidades econômicas (necessárias), seguindo para as responsabilidades legais (obrigatório), responsabilidades éticas (esperado) e, no topo da pirâmide as responsabilidades discricionárias (desejado).

Carroll (1979;1991) explica a categoria da responsabilidade econômica como essencial no mundo dos negócios, buscando maximizar os lucros que garantem sua continuidade, o retorno dos investimentos, e o compromissos econômicos com os *stakeholders*. Na categoria da responsabilidade legal, o autor destaca regras descritas por leis e regulamentos, buscando o desempenhar das funções de acordo com aquilo que está previsto. Seguidamente, na categoria da responsabilidade ética destaca-se o cumprimento e realização das operações dentro dos preceitos dos valores morais e éticos, evitando danos aos interessados. E, por fim, na categoria discricionária prioriza a filantropia e inclui o arbítrio individual, sendo caracterizada como voluntária ou guiada por um desejo da organização onde buscar espaços no âmbito social, os quais não são designados por leis.



Avançando para a Governança Corporativa, entende-se como um conjunto de mecanismos que auxiliam o monitoramento e controle das organizações (NASCIMENTO, BIANCHI, 2005; ROSSETTI, ANDRADE, 2012).

No caso de cooperativas, a estrutura é societária, sendo que os associados participantes desta estrutura também são proprietários, no entanto, nem todos têm acesso ao controle (SILVA; SOUZA; SILVA, 2015). Mesmo o agente controlador, seja um dos sócios eleitos pelos outros membros, pode ter seu controle influenciado por atitudes oportunistas, como a maximização de seus próprios interesses (SILVA; SOUZA; SILVA, 2015), situação que nos reporta ao problema entre agente e principal (JENSEN; MECKLING, 1976), mas cujos preceitos da GC podem atuar no fortalecido do contexto cooperativo pelos administradores e pelos associados (SILVEIRA, 2004).

A essência do conceito de GC está atrelado aos princípios básicos do Código do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) que consistem na Transparência, Equidade, Responsabilidade Corporativa e Prestação de Contas relacionados a organização e aos meios por ela utilizada para a redução da incompatibilidade informacional, existente entre aqueles que geram a informação e os que a utilizam (IBGC, 2015; NASCIMENTO; BIANCHINI 2005).

Conforme IBGC (2015), a GC consiste em um sistema pelo qual as organizações podem ser dirigidas, incentivadas e monitoradas, envolvendo ainda os relacionamentos entre as partes interessadas, como sócios, conselhos, diretorias, órgãos de fiscalização, controle, dentre outras.

Nas cooperativas, o princípio cooperativista doutrina a junção de esforços no sentido de gerar resultados, despertando o interesse dos associados no acompanhamento da prestação de contas, por parte dos administradores e/ou os gestores das cooperativas, sobre as operações dos recursos e divisão de lucro (SILVA; SOUZA; SILVA, 2015).

Com isso, busca-se identificar se existe uma relação positiva entre os mecanismos de GC e as práticas de RSC adotadas pelas organizações estudadas. Os mecanismos de GC utilizados nesta investigação estão fundamentados no estudo de Liszbinski *et al.*, (2016) e IBGC (2015) e são os seguintes: Gestão de Riscos, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal, Cumprimento do Código de Ética.

Desta forma, entende-se que a RSC está associada positivamente aos mecanismos de GC, considerando que Daher (2006) menciona existir suporte na teoria dos *stakeholders* para



as estratégias voltadas às práticas de RSC, as quais visam orientar as organizações aos aspectos sociais, aos clientes e à sociedade, indicando criação de valor e garantias de lucros no longo prazo. Desta forma, são apresentadas as seguintes hipóteses:

H1: Existe relação positiva entre os mecanismos de GC e as práticas de RSC nas cooperativas.

H1a: Existe relação positiva entre os mecanismos de GC e a Responsabilidade Econômica.

H1b: Existe relação positiva entre os mecanismos de GC e a Responsabilidade Legal.

H1c: Existe relação positiva entre os mecanismos de GC e a Responsabilidade Ética.

H1d: Existe relação positiva entre os mecanismos de GC e a Responsabilidade Discricionária/Filantropia.

H1e: Existe relação positiva entre o comitê de gestão de risco e as práticas de RSC das cooperativas

H1f: Existe relação positiva entre o conselho fiscal e as práticas de RSC das cooperativas

H1g: Existe relação positiva entre o conselho de administração e as práticas de RSC das cooperativas

H1h: Existe relação positiva entre o comitê de Auditoria e as práticas de RSC das cooperativas

H1i: Existe relação positiva entre o cumprimento do código de ética e as práticas de RSC das cooperativas

Ao se aceitar as hipóteses, tendo em vista que se trata de testar a associação positiva da GC e a RSC, admite-se que os atributos de RSC, influenciam positivamente nos mecanismos de GC, que é o objeto de estudo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como descritiva ao procura medir com que frequência os fenômenos ocorrem e suas conexões e, com abordagem quantitativa, que se dá pelas medições de grandeza, e técnicas estatísticas (SAMPIERI, COLLADO E LÚCIO, 2013).

A população deste estudo constitui-se de 445 cooperativas do estado do Rio Grande do Sul, divididas entre seus diferentes ramos de atuação (SESCOOP, 2020). Participaram da amostra 35 cooperativas que responderam o instrumento de pesquisa, o que caracteriza como uma amostra não probabilística, que segundo Richardsdon (2010) se constitui de sujeitos escolhidos por determinados critérios e por acessibilidade.

Em relação ao instrumento de coleta de dados da pesquisa está baseado no modelo de RSC proposto por Carroll (1991), que destaca a Pirâmide de RSC e apresenta em sua constituição quatro critérios de Responsabilidades: econômica (ECO), legal (LEG), ética (ETI) e discricionária/filantropia (DIS). Para os mecanismos de Governança Corporativa os questionamentos estão embasados no estudo de Liszbinski *et al.*, (2016) e IBGC (2015), elencando-se cinco mecanismos selecionados para análise: gestão de riscos (GR), conselho de administração (CA),



comitê de auditoria (CAU), conselho fiscal (CF), cumprimento do código de ética (CE). O instrumento utilizado foi o questionário (*Survey*), com questões fechadas, aplicado nas cooperativas visando captar a aderência às práticas de RSC e GC dentro destas organizações.

Os questionários foram encaminhados por *e-mail*, no período de junho a dezembro de 2020, utilizando-se da ferramenta *google docs*, não sendo identificadas as cooperativas. Os endereços eletrônicos das cooperativas foram obtidos pelo site da SESCOOP/RS.

Na etapa de análise e interpretação dos dados, buscou-se identificar o grau de relacionamento entre os mecanismos de GC com as práticas de RSC das organizações cooperativas estudadas. Para tanto, foi utilizada a estatística bivariada, a correlação de *Pearson*, que mede o grau de relacionamento entre as duas variáveis. O coeficiente de correlação de *Pearson* mede a associação linear entre variáveis (MOORE, 2011).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta etapa apresenta-se as análises da relação entre os mecanismos de GC e as práticas de RSC em organizações Cooperativas do Rio Grande do Sul, com a intensidade e o sentido das relações entre as variáveis da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta a correlação de *Pearson*, que indica o grau de significância ao nível 0,01 (***), 0,05 (**), e 0,10 (*). Os resultados dão conta da existência de uma correlação positiva para a maioria das variáveis, mesmo que em graus de intensidade diferenciados.

Tabela 1– Correlação de Pearson

VARIÁVEIS	ECO	LEG	ETI	DIS	RSC	CA	CAU	CF	CE	GR	GC
ECO	1	0,737***	0,685***	0,715***	0,878***	0,184	0,588***	0,483***	0,314*	0,416**	0,661***
LEG		1	0,648***	0,732***	0,863***	0,095	0,351*	0,504***	0,397**	0,167	0,479***
ETI			1	0,832***	0,895***	0,154	0,541***	0,467***	0,665***	0,489***	0,778***
DIS				1	0,927***	0,109	0,616***	0,510***	0,445**	0,400**	0,701***
RSC					1	0,153	0,597***	0,550***	0,514***	0,422**	0,743***
CA						1	-0,054	0,533***	0,252	-0,097	0,379**
CAU							1	0,270	0,215	0,396**	0,706***
CF								1	0,263	0,164	0,599***
CE									1	0,355*	0,684***
GR										1	0,661***
GC											1

***. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).
 **. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).
 *. A correlação é significativa no nível 0,10 (2 extremidades).

Fonte: Dados da Pesquisa

As correlações positivas significativas ao nível 1% foram encontradas para variável de Responsabilidade Econômica quando relacionadas à Responsabilidade Legal (0,737); Responsabilidade Ética (0,685); Responsabilidade Discricionária (0,715); Responsabilidade Social



Corporativa (0,878), da mesma forma quando analisado a relação da variável de Responsabilidade Econômica com os mecanismos de GC encontra-se relacionada com Conselho de Auditoria (0,588); Conselho fiscal (0,483) e Governança Corporativa (0,661). Para a variável de Responsabilidade Legal quando relacionada à Responsabilidade Ética (0,648); Responsabilidade Discricionária (0,732) e Responsabilidade Social Corporativa (0,863), para o Conselho Fiscal (0,504) e a Governança Corporativa (0,479).

A variável de Responsabilidade Ética apresenta correlação positiva e significativa em nível 1% com as variáveis Discricionária (0,832) e Responsabilidade Social Corporativa (0,895) bem como com os mecanismos de Governança Corporativa, CAU (0,541), CF (0,467), CE (0,665), GR (0,489) e GC (0,778). A variável discricionária possui correlação com a RSC (0,927), CAU (0,616), CF (0,510) e GC (0,701). Essa mesma relação é percebida para a variável de Responsabilidade Social Corporativa com os mecanismos de Governança Corporativa, CAU (0,597), CF (0,550), CE (0,514) e com GC (0,743). Conselho de Administração possui correlação com Conselho Fiscal 0,533, CAU com GC (0,706), CF com GC (0,599), CE com GC (0,684) e GR com GC (0,661).

As correlações positivas significativas ao nível de 5% foram encontradas para a variável Econômica quando relacionada com Gestão de Riscos (0,416), para variável de Responsabilidade Legal quando relacionada com Conselho de Ética (0,397), para variável de Responsabilidade Discricionária quando relacionada CE (0,445) e a GR (0,400). Ao nível de 10% foram encontradas ações positivas entre Responsabilidade Econômica e Conselho de Ética (0,314), Responsabilidade Legal e Conselho de Auditoria (0,351) e entre Conselho de Ética e Gestão de Risco (0,355).

A partir destes achados é possível inferir que existe relação positiva e significativa entre as dimensões de RSC com os mecanismos de GC, exceto com o Conselho de Administração (CA), que não apresentou relação com a RSC e suas dimensões. As relações positivas encontradas indicam que, quanto mais intensa a atuação dos controles representados pela GC, maior é a intensidade das práticas de RSC.

Tais resultados estão de acordo com os achados dos estudos de Bomfim, Teixeira e Monte (2015), que estudaram empresas brasileiras. Buerthey *et al.* (2020) e Crisóstomo, Vasconcelos e Carneiro (2019) em empresas brasileiras de capital aberto, os quais estudaram a relação entre a divulgação das práticas de sustentabilidade com as características da GC.



Com base na investigação, buscou-se analisar a relação dos mecanismos de GC com as práticas de RSC nas cooperativas estudadas, sendo apresentado no Quadro 1 os resultados das hipóteses testadas, que indicam aceitação ou rejeição.

Quadro 1 – Resultado das hipóteses

	Esperado	Encontrado	A/R
H ₁ : Existe relação positiva entre os mecanismos de Governança Corporativa e as práticas de Responsabilidade Social as cooperativas.	Positivo	Positivo	A
H _{1a} : Existe relação positiva entre os mecanismos de Governança Corporativa e a Responsabilidade econômica.	Positivo	Positivo	A
H _{1b} : Existe relação positiva entre os mecanismos de Governança Corporativa e a Responsabilidade Legal.	Positivo	Positivo	A
H _{1c} : Existe relação positiva entre os mecanismos de Governança Corporativa e a Responsabilidade Ética	Positivo	Positivo	A
H _{1d} : Existe relação positiva entre os mecanismos de Governança Corporativa e a Responsabilidade Discricionária/Filantropia.	Positivo	Positivo	A
H _{1e} : Existe relação positiva entre o comitê de gestão de risco e as práticas de Responsabilidade Social das cooperativas	Positivo	Positivo	A
H _{1f} : Existe relação positiva entre o conselho fiscal e as práticas de Responsabilidade Social das cooperativas	Positivo	Positivo	A
H _{1g} : Existe relação positiva entre o conselho de administração e as práticas de Responsabilidade Social das cooperativas	Positivo	Negativo	R
H _{1h} : Existe relação positiva entre o comitê de Auditoria e as práticas de Responsabilidade Social das cooperativas	Positivo	Positivo	A
H _{1i} : Existe relação positiva entre o cumprimento do código de ética e as práticas de Responsabilidade Social das cooperativas	Positivo	Positivo	A

Legenda: A = aceita e R = rejeitada

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os achados a respeito da primeira hipótese da pesquisa (H₁), a qual buscou-se verificar a existência de uma relação positiva entre os mecanismos de GC e as práticas de RSC se confirmaram, visto que foi encontrado uma associação positiva, significativa ao nível de 1% de margem de erro, considerando as respostas obtidas a partir dos gestores das cooperativas gaúchas. Estes resultados confirmam indicativos de estudos anteriores como de Shahin e Zairi (2007), Jamali, Safieddine e Rabbath (2008), Sahut, Peris-Ortiz, Teulon (2019) e Zaid, Wang, Abuhijleh (2019) que também já tinham encontrado uma relação positiva entre GC e RSC.

Na visão dos *Stakeholders* a GC pode ser o uso de mecanismos que buscam um melhor desempenho e garantia de retorno de seus associados, assim atendendo os objetivos de todos os interessados (CHRIS, 2008). Uma organização com boas práticas de GC protege o direito dos *stakeholders*, podendo intermediar a relação da organização com seus públicos, apresentando os resultados de forma transparente e agindo de forma ética (AGUILERA *et al.* 2015).

A leitura do Quadro 1 mostra que as hipóteses: H_{1a}, H_{1b}, H_{1c} e H_{1d} foram confirmadas. Assim, observa-se que os mecanismos de GC apresentam relação positiva significativa, ao



nível de 1% de margem de erro, com as quatro dimensões do modelo de RSC de Carroll (1991) utilizado neste estudo, indicando que quanto mais consistentes e alinhados estiverem os mecanismos de GC, maior é a intensidade das práticas de RSC.

Tais constatações confirmam o que foi observado por Pillai e Al-Malkawi (2018), os quais destacam que o aprimoramento do sistema de GC com alto padrão de *compliance* em que as normas legais e as boas práticas de conduta, contribuem na diminuição dos casos de má conduta empresarial, garantindo a transparência, práticas mais consistentes de Responsabilidade Social e Ambiental e divulgação de informação, para além das obrigatórias, mas também as voluntárias. Ademais, Crisóstomo, Vasconcelos e Carneiro (2019) destacam que a RSC, tem apresentado evolução a partir da filantropia, agrupando um elenco de inquietações das organizações com seus *stakeholders* e com o meio ambiente.

As hipóteses H1e, H1f, H1h, H1i apresentam relação positiva e significativa ao nível de 5% de margem de erro para o GR e ao nível de 1% de margem de erro para CF, CAU e CE, indicando a aceitação dessas hipóteses, uma vez que a medida em que aumenta a consistência desses mecanismos de CG, melhora a intensidade das práticas de RSC.

Estes resultados, confirmam os achados de Silveira e Ribeiro (2015), os quais destacam que a ética que permeia a responsabilidade social valida as ações das organizações, reforçando a importância do conselho fiscal (CF) e do comitê de ética (CE), embora esteja ainda, muito ligada aos resultados.

Também Brizolla e Klann (2019), encontraram uma associação positiva do GR, CAU e CE com a evidência de Responsabilidade Social e Ambiental e Bastos Filho (2020) menciona que o mecanismo de fiscalização deve estar presente de uma forma a evitar falhas de governança e assim permitindo um efetivo controle das ações dos gestores das organizações, inclusive das socioambientais. Complementa ainda que a transparência das informações e da ética dos negócios devem estar alinhadas com as estratégias e ações das entidades, para um melhor fortalecimento das relações com as partes interessadas, gerando valor à organização.

Sahut, Peris-Ortiz e Teulon (2019) mencionam que em seu estudo foram encontrados indícios de que quanto mais atuante for o conselho de ética (CE), mais inovadoras e consistentes são as práticas de RSC nos negócios. Os autores ainda destacam que o código de ética está se popularizando na estrutura organizacional, principalmente em grandes organizações e são fortemente percebidas nas ações de RSC.



Por fim, considerando os resultados, a H1g, que testou a existência de uma relação positiva entre o conselho de administração e as práticas de Responsabilidade Social das cooperativas foi rejeitada, sendo encontrado uma associação positiva entre o CA e as práticas de RS, porém essa relação foi não significativa, dentro da margem de erro considerada para o estudo (0 a 10%). Nesse sentido, para esta investigação que considerou as respostas obtidas junto aos gestores de cooperativas gaúchas esse pressuposto teórico não foi validado. Tais indicativos contrariam os resultados apresentados por Sahut, Peris-Ortiz e Teulon (2019), que destacam estudos que relacionam o Conselho de Administração na aplicabilidade de ação voltadas a RSC, sendo importantes mecanismos na formulação de estratégias de RSC, bem como no monitoramento e a supervisão das ações.

Ainda considerando a Teoria dos *Stakeholders* e seu caráter relacional, que interliga indivíduos, grupos, organizações, Estado e a comunidade, entende-se que estes achados reforçam os pressupostos teóricos de que o cumprimento das leis, a ética e os princípios de transparência, equidade e controle, podem contribuir na melhoria do relacionamento entre as partes e conseqüentemente pode se reverter na criação de valor e aumento do desempenho para as organizações cooperativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar as relações entre os mecanismos de Governança Corporativa (GC) e as práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em cooperativas do Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com uma amostra de 35 cooperativas do estado atuantes em diferentes ramos de acordo com o SESCOOP/RS.

Os resultados foram observados a partir da Correlação de *Pearson*, sendo verificado a associação existente entre as variáveis de GC e RSC, nas cooperativas estudadas, independente do ramo de atuação das mesmas. Desta forma pode-se destacar que a intensidade das práticas de RSC apresentadas pelo modelo de Carroll (1991), que contempla as dimensões de Responsabilidade Econômica, Legal, Ética e Discricionária, se mostram com maior consistência à medida que a intensidade da aplicação dos mecanismos de GC estudados, aumentam.

Vale destacar a aceitação do conjunto de hipóteses que testam essa relação, sendo constatados a validação dos testes feitos para as quatro dimensões de RSC (econômica, legal,



ética e discricionária) com os mecanismos de GC, bem como das hipóteses que testaram a relação do comitê de gestão de riscos (GR), conselho fiscal (CF), comitê de auditoria (CAU) e do comitê de ética (CE) com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Nesse sentido, resalta-se que dentre as dez (10) hipóteses testadas, a investigação indica rejeição para uma delas, que foi a associação entre o conselho de administração (CA) e a RSC, que apesar de ter sido encontrado uma associação positiva, ela não foi significativa.

Com isso, os achados confirmam os pressupostos teóricos trazidos para este estudo de que as boas práticas de GC contribuem com o estabelecimento de estratégia e as práticas de RSC em cooperativas do Rio Grande do Sul analisadas, dando resposta a questão de investigação deste estudo, sendo que os achados indicam haver uma associação positiva e significativa entre os mecanismos de GC e as práticas de RSC nas cooperativas estudadas, o que denota de modo explícito que quanto mais forte se apresentarem os mecanismos de GC, mais intensas são as práticas de RSC.

Vale destacar que cooperativas que ainda não adotam as práticas de RSC e, ainda, tem dado pouca visibilidade aos mecanismos de GC, independente do ramo de atuação das cooperativas, trazendo à tona a percepção de que essas práticas podem melhorar a relação dessas organizações com os *stakeholders* e, conseqüentemente melhoram sua imagem junto aos seus consumidores, tornando-as competitivas e referências no setor e no território que atuam, garantindo não apenas o lucro para os seus associados, mas gerando valor para o cooperativismo, contribuindo para desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.

Quanto às limitações do estudo, sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar a compreensão da contribuição do conselho de administração (CA) nas práticas de RSC, visto que essa hipótese não foi validada, o que denota a inexistência de uma associação positiva significativa, entre o CA e as práticas de RSC, carecendo assim, de um estudo mais aprofundado, de modo a entender esse indicativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, R. V.; DESENDER, K.; BEDNAR, M. K.; LEE, J. H. Connecting the Dots: Bringing External Corporate Governance into the Corporate Governance Puzzle. **The Academy of Management Annals**, v. 9, n. 1, 2015.



AMARANTE, J. G. M. C. C.; DERETTI, S.; SILVA, E. D. da. Governança corporativa e responsabilidade social corporativa: uma revisão sistemática desta relação. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 1, 2015.

AZEVEDO, I. P. **Responsabilidade social empresarial**: benefícios para a sociedade gerando lucratividade para empresas. In: IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 2013.

BAGGIO, D. K. **Finanças e Governança Corporativa**: Sucessão e Longevidade. Novas Edições Acadêmicas. v.1, 2015.

BASTOS FILHO, C. L. M. **A Governança Corporativa e a Responsabilidade Social Empresarial**: Visão Histórica e Crítica dos Principais Institutos. *Percurso*, v. 1, n. 32, 2020.

BOMFIM, E. T. do; TEIXEIRA, W. S.; MONTE, P. A.. Relação entre o disclosure da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas organizações listadas no Ibrx-100. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 1, 2015.

BRIZOLLA, M. M.B.; KLANN, R.C.. Influence of environmental expenditures and environmental disclosure in the quality of accounting information. **Environmental Quality Management**, v. 28, n. 4, 2019.

BUERTEY, S.; SUN, E.; LEE, J. S.; HWANG, J. Corporate social responsibility and earnings management: The moderating effect of corporate governance mechanisms. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 27, n. 1, 2020.

CACCIA, C.Z.; ZARELLI, F. M.; GIMENES, F. M. P.. A prática da responsabilidade social das cooperativas agroindustriais paranaenses. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, 2008.

CAMPOS, Taiane Las Casas. Políticas para stakeholders: um objetivo ou uma estratégia organizacional?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 4, 2006.

CARROLL, A. B. Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. **Academy of Management Review**, [S.l.], v. 4, n. 4, pp. 497-505, 1979.

CARROLL, A. B. et al. A pirâmide da responsabilidade social corporativa: rumo à gestão moral das partes interessadas da organização. **Horizontes de negócios**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

CARROLL, A. B. **A corporate social responsibility journey**: Looking back, looking forward. In: Keynote Address upon Receipt of Lifetime Achievement Award in CSR from Humboldt University. at 5th Annual Conference on CSRHumboldt University–Berlin, Germany. 2012.

CHRIS, D. Towards a socially responsible management control system. **Accounting, Auditing Accountability Journal**, v. 21, n. 5, 2008.



CRISÓSTOMO, V. L.; VASCONCELOS, V. D.; CARNEIRO, C. M. B.. **Análise da relação entre responsabilidade social corporativa e governança corporativa na empresa brasileira.** 2019.

DAHER, W. M.. **Responsabilidade Social Corporativa:** Geração de valor reputacional nas organizações internacionalizadas. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006.

EUGÊNIO, M. M. A.. Governança corporativa em cooperativas médicas. **Revista Interatividade**, v. 1, n. 2, 2013.

FREEMAN, R. **Strategic management:** A stakeholder approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa.** São Paulo, 5.ed., 2015.

JAMALI, D.; SAFIEDDINE, A. M.; RABBATH, M. **Corporate governance and corporate social responsibility synergies and interrelationships.** Corporate Governance: An International Review, v. 16, n. 5, 2008.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305- 360, Oct. 1976.

LISZBINSKI, B. B. et al. Governança em cooperativas agropecuárias: Um estudo sob a ótica da arquitetura contratual. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 5, n. 9, 2016.

MOORE, D. S. **A estatística básica e sua prática.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NASCIMENTO, A. M.; BIANCHI, M.. **Um estudo sobre o papel da controladoria no processo de redução de conflitos de agência e de governança corporativa.** In: Congresso de Contabilidade e Controladoria da USP. 2005.

OSINSKI, M.; ROMAN, D. J.; PEREIRA, M. F.. Responsabilidade Social e Governança Corporativa em uma Construtora. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 9, n. 1, 2016.

PEREIRA, A. N.; VILASCHI, A. **Governança Corporativa e Contabilidade:** Explorando Noções e Conexões. In: *4º Simpósio FUCAPE de Produção Científica*, 7 e 8 de Junho de 2006, Vitória. Anais do 4º Simpósio FUCAPE de Produção Científica, 2006.

PILLAI, R.; AL-MALKAWI, H. N.. Sobre a relação entre governança corporativa e desempenho da empresa: evidências dos países do GCC. **Pesquisa em Negócios Internacionais e Finanças**, v. 44, 2018.

PINTO, F.C.. Uma história do cooperativismo sob a perspectiva utópica. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT.** v. 1, n. 1, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, métodos e técnicas.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.



ROSSETTI, J. P.; ANDRADE A.. **Governança Corporativa, Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 6. Ed., atual. e amp. São Paulo: Ed.Atlas, 2012

SAHUT, J.; PERIS-ORTIZ, M.; TEULON, F. Corporate social responsibility and governance. **Journal of Management and Governance**, v. 23, n. 4, pág. 901-912, 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D.P.B.. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARTORE, M. S.; et al. **A inserção da responsabilidade social do setor bancário no contexto da governança corporativa**. 2006.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. **Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação**. Economia Solidária e Ação Cooperativa, v. 1, n. 1, 2006.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SESCOOP). **Sistema OCERGS SESCOOP/RS**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.sescoopr.rs.gov.br/>> . Acesso em 10. nov. 2020.

SHAHIN, A.; ZAIRI, M. Corporate governance as a critical element for driving excellence in corporate social responsibility. **International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 24, n. 7, 2007.

SILVA, R. F.; SOUZA, A.; SILVA, W.. Governança Corporativa em cooperativas agropecuárias: Um Modelo De Classificação Com Aplicação Da Ferramenta Walk. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 1, 2015.

SILVEIRA, A. Di M. da. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e a relação com desempenho das organizações no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 250 p., 2004.

SILVEIRA, V. O. da; RIBEIRO, E. B. N.. Ética: conteúdo da responsabilidade corporativa e desdobramento da função solidária da empresa. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 16, 2015.

SOUSA, J. E.R.; SUGAHARA, C. R.. Estratégia e responsabilidade social em cooperativa. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 91, 2015.

ZAID, M.AA; WANG, M.; ABUHIJLEH, S.T.F. The effect of corporate governance practices on corporate social responsibility disclosure: Evidence from Palestine. **Journal of Global Responsibility**, 2019.